

Olhar de um viajante do século XIX: as vilas de Nova Olivença e São Jorge dos Ilhéus nos relatos do Príncipe Maximiliano de Wied-neuwied

Enviado em:

13/04/2014

Aprovado em:

09/05/2014

André Mariano Neri

andreneri71@ig.com.br

Universidade Estadual de Santa Cruz

Resumo

Este trabalho busca perceber no discurso de um viajante do século XIX, o botânico e naturalista Maximiliano Príncipe de Wied-Neuwied (1782-1867), o cotidiano da Vila Nova de Olivença e da Vila de São Jorge dos Ilhéus situadas no litoral sul da Bahia no ano de 1815, período em que visitou as tidas terras. O estudo se aprofunda, principalmente na maneira como os povos indígenas são retratados no seu diário de viagem, que posteriormente resultou no livro Viagem ao Brasil. É interessante salientar que desde a década de 1960, os relatos de viagem vêm sendo analisados por historiadores, antropólogos e outras áreas das ciências humanas. Todavia, percebe-se que a visita a Olivença e Ilhéus quando ainda Vilas, pelo conspícuo príncipe de Wied-Neuwied, como por tantos outros estrangeiros têm sido pouco estudadas.

234

Palavras-Chave

Literatura de Viagem; Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied; Vilas de Índios

Abstract

This paper seeks to understand in the speech of a 19th century's traveler, the botanist and naturalist Maximilian, Prince of Wied-Neuwied (1782-1867), the daily life of the Nova de Olivença and São Jorge dos Ilhéus villages located on the southern coast of Bahia in 1815, period when he visited these lands. The study deepens mainly in the way indigenous peoples are portrayed in his travel diaries, which later resulted in the book Journey to Brazil. It is interesting to emphasize that since the 1960s, the travel reports have been analyzed for historians, anthropologists and other areas of the human sciences. However, it is noticed that the visit to Olivença and Ilhéus when they still were villages, for the conspicuous Prince of Wied-Neuwied, as for so many other foreigners have been little studied.

Keywords

Travel Literature; Prince Maximilian of Wied-Neuwied; Village of Indians

Introdução

Entre os anos de 1815 e 1817, o naturalista e também príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied (1782-1867) percorreu os territórios dos atuais estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia. Durante a sua viagem, pelas então terras quase que desconhecidas dos europeus, o príncipe usou o pseudônimo de Max Von Braunsberg.

Maximiliano de Wied-Neuwied possuía o título de especialista em História Natural pela Universidade de Gottingen fundada em 1734, uma das instituições de ensino mais conceituadas da Europa naquele período. Nela, teve a oportunidade de estudar com o professor de medicina e antropólogo Johann Friedrich Blumenbach (1752-1840), e se tornou um dos principais seguidores. Foi um leitor assíduo dos diários de viajantes que na América percorreram como, por exemplo, John Mawe (1764-1829) e o inglês Henry Koster (1793-1820). Alexander Von Humboldt (1769-1859) despertou em Wied-Neuwied o interesse em conhecer as terras do Brasil. Para tal assertiva recorremos ao historiador Ernest Pijning, que afirma “foi este explorador [Humboldt] que fez despertar em Maximiliano o entusiasmo necessário para realizar uma viagem de exploração na América” (PIJNING, 1995: 27). Para Humboldt¹ a experiência in loco é de fundamental importância para as atividades científicas.

Em seu trabalho “Olhares Estrangeiros: Viajantes no Vale do rio Mucuri”, Regina Horta Duarte, salienta; que os relatos de viagem produziam representações sócio geográficas para europeus que, a partir daí, construíram sua identidade em oposição ao que passou a ser o ‘resto do mundo’. Num movimento de mão dupla da transculturação, a autorrepresentação europeia criou-se nesse confronto com a imagem do outro (DUARTE, 2002: 268).

Os relatos dos viajantes que vieram para o Brasil, ao longo de muitos séculos, em especial no Brasil Oitocentista, deixaram as impressões da descoberta de um “Novo Mundo” e do estranhamento dos europeus diante dos costumes dos homens que aqui habitavam. Impelidos pelo acaso ou pela inquietude, pela ciência, pela arte ou pela fé, pela ambição ou pelo fastio, os viajantes mantêm entre si o denominador comum de estrangeiro imersos numa realidade totalmente outra daquela de onde provieram (AUGEL, 1980: 10).

¹ A bibliografia sobre o viajante Alexander Von Humboldt é extensa e diversificada. Seria exaustivo, e fugiria às nossas finalidades imediatas, enumerá-las aqui.

Entre tantos visitantes, que por aqui passaram destacamos o ilustre Maximiliano de Wied-Neuwied, que esteve no Brasil na segunda década do século XIX, e percebemos que seus discursos estão impregnados de preconceitos raciais e culturais. Em seus relatos predominam conceitos de classe, civilização, raça e progresso. De acordo com Lilia Moritz Schwarcz:

Civilização e progresso, termos privilegiados da época, eram entendidos não enquanto conceitos específicos de uma determinada sociedade, mas como modelos universais. Segundo os evolucionistas sociais, em todas as partes do mundo a cultura teria se desenvolvido em estados sucessivos, caracterizados por organizações econômicas e sociais específicas. Esses estágios, entendidos como únicos e obrigatórios – já que toda a humanidade deveria passar por eles –, seguiam determinada direção, que ia sempre do mais simples ao mais complexo e diferenciado (SCHWARCZ, 1993: 57-58).

Em “As artes da imitação nas viagens científicas do século XIX”, a historiadora Lorelai Kury, salienta que “as representações dos tipos humanos presentes na obra de diversos viajantes demonstram seu grau de vinculação aos princípios científicos que circulavam na época” (KURY, 2008: 327). Não devemos esquecer que o século XIX a ideologia da superioridade racial é algo marcante na Europa, neste momento se propagava a ideia da superioridade da “raça branca” e a inferioridade dos outros povos. Robert Slenes aponta que mesmo um viajante criterioso, dificilmente conseguiria livrar suas observações da influência de ideias preconcebidas, suas próprias e as de seus informantes (SLENES, 1988: 197).

É interessante salientar o momento histórico em que o Brasil estava inserido. Em 1808, a corte portuguesa se transfere de Lisboa para o Rio de Janeiro. A transmigração da elite da metrópole deu ao território uma nova condição, isto é, de colônia o Brasil passou a ser o centro principal das decisões do Império Português, tendo como Rei D. João VI. A transferência da família real para a América portuguesa ocorreu devido à invasão de Portugal pelo exército de Napoleão Bonaparte.² Tal evento é narrado pelo próprio Wied-Neuwied,

Acontecimentos por demais conhecidos para que se necessite narrá-los, levaram o monarca a transportar-se para este belo pedaço de seus domínios, por ele ainda não vistos, e onde se encontravam as fontes principais de suas riquezas, mudança de residência esta que deveria ter uma extraordinária influencia sobre o Brasil. (WIED-NEUWIED, 1989: 6).

2 Vale aqui uma ressalva, estudos recentes demonstram que desde o final do século XVIII os olhos de Portugal viraram-se de suas colônias na Ásia e na África para a América Portuguesa.

A vinda de cientistas de diversas nacionalidades, ingleses, franceses, alemães, austríacos, suecos, holandeses, russos, às terras brasílicas, com a finalidade de percorrer o interior desse vasto território, tendo como objetivo conhecer a fauna, flora, as riquezas minerais, e principalmente os povos indígenas. A presença desses naturalistas e estudiosos ao território brasileiro só foi possível graças a uma das primeiras medidas que D. João tomou ao chegar às terras brasílicas que foi a criação do decreto de 28 de janeiro de 1808, sendo assinado ainda em Salvador, o que possibilitava a abertura dos portos da colônia a todas as nações amigas.

Antes disso, a presença dos viajantes nesse lado do Atlântico era marcada por um opressivo sistema de entraves, como foi narrado pelo próprio Maximiliano “como o atual governo, com essas medidas esclarecidas e liberais, se afasta honrosamente do antigo sistema, em que o viajante, chegado ao Brasil, logo se via cuidadosamente cercado de soldados e vigiado” (WIED-NEUWIED, 1989: 7). É interessante salientar que os índios eram vistos pelos europeus como algo exótico e pitoresco. O Monarca D. João VI acostumava acolher os viajantes estrangeiros com bastante assistência e generosidade. Tal atitude foi motivo de agradecimentos por parte do Príncipe de Wied-Neuwied, que enfatiza,

237

Em nome de meus compatriotas e de todos os viajantes europeus, desejo que esse solene testemunho exprima o reconhecimento de que me sinto possuído para com o monarca que tomou essas medidas liberais. Que inexprimível satisfação para o viajante longe de sua terra encontrar acolhida tão benévola e receber tratamento tão amistoso! Resulta também daí uma incalculável vantagem, de que participa todo o mundo civilizado e culto (WIED-NEUWIED, 1989: 7).

Nas palavras que se seguem fica perceptível como essa parte do Novo Mundo despertava o interesse dos viajantes europeus mesmo antes da abertura dos portos,

O olhar dos naturalistas por muitos anos, voltou-se principalmente para o Brasil, cuja feliz situação prometia rica messe às pesquisas, mas que, até agora, esteve tão rigorosamente fechado a quem quer que quisesse percorrê-lo e estudá-lo. (WIED-NEUWIED, 1989: 5).

Em terras da Vila Nova de Olivença

Embora os Botocudos³ fossem a preocupação central das análises do viajante, pois eram vistos como os mais temidos, classificados como a representação máxima da selvageria humana na literatura de viagem daquele período. Entretanto, nenhum viajante havia fornecido informações precisas sobre esses nativos e por isso lhe despertou tal interesse.

Nos primeiros tempos eram conhecidos pelos nomes de “Aimorés”, “Aimborés” ou “Amburés”. Dessa forma, havia uma indefinição no nome desse grupo “Os Aimorés e Botocudos continuam a despertar nos europeus sentimentos de horror e de repulsa, em virtude da crença de serem antropófagos” (WIED-NEUWIED, 1989: 284). Em estudos recentes Christina Rostworowski da Costa constatou que a maneira como os Botocudos são retratados pelo príncipe de Wied-Neuwied muda com o passar do tempo, principalmente depois do contato com o índio Botocudo Guäck⁴ e se diverge bastante dos escritos dos viajantes anteriores;

Maximiliano em relação aos Botocudos, e sua permanência entre eles, diferem radicalmente da maior parte dos viajantes que estiveram na região. Além disso, é através de Guäck que a opinião de Maximiliano sobre os Botocudos deixa de ser tão negativa pautada na vingança, e passa a ser cada vez mais passível de civilização e aberta para a influência da cultura europeia (COSTA, 2008: 91).

238

Os *Tupinikin* habitantes da vila Nova de Olivença, nas mediações da vila de Ilhéus, foram um dos grupos indígenas dos quais o naturalista teve contato, que mais lhe chamou a atenção. O Príncipe Maximiliano

destacou a semelhança física desses índios com seus ancestrais e o fato desses mil índios encontrarem-se totalmente descaracterizados em termos culturais e sociais, o que o fez defini-los como lastimáveis seres ambíguos. (FREITAS; PARAÍSO, 2001: 56).

3 “O nome de Botocudos lhes vem de usarem, no lábio e nas orelhas, uma grande cavilha de madeira, à semelhança de batoque, que é como chamam os portugueses as rolhas de barril. A natureza dotou esses índios de boa compleição, sendo eles mais conformados e mais belos do que as demais tribos. Perfuram as orelhas e os lábios inferiores introduzindo no orifício um pedaço cilíndrico de pau que vão substituindo por outros cada vez mais grossos, de modo a adquirirem um aspecto estranho e repulsivo” (WIED – NEUWIED, 1989: 285;286). Sobre os botocudos ver: (PARAÍSO, 1992: 413 – 430); (MATTOS, 2004). (DUARTE, 1998: 35;53); (OTTONI, 1858: 173-213).

4 Para maiores informações sobre o encontro entre o índio Guäck e o príncipe alemão Maximiliano de Wied-Neuwied ver a entrevista do professor alemão de anatomia e biologia celular Karl Schilling concedida a Revista de História da Biblioteca Nacional, disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/a-vida-de-quaack>. Acesso em: 10 de Março de 2014.

Maximiliano segue do Rio Grande de Belmonte, em direção ao Rio Ilhéus. Ao chegar a Vila Nova de Olivença o viajante enfatiza que é um lugar onde a presença indígena é significativa “Depois de deixarmos o Una, chegamos, ao termo de 6 léguas, a Olivença, vila habitada por índios” (WIED-NEUWIED, 1989: 334). A localização geográfica de Olivença também não passa despercebida pelos olhares atentos do ilustre visitante, “Vila Nova de Olivença se acha aprazivelmente situada sobre colinas bastante elevadas, e é cercada de vegetação espessa. O convento dos jesuítas se ergue acima dessa muralha de verdura”. A plantação e o cultivo da piaçava também não deixaram de ser descritos, palmeira esta que o deixou muito interessado.

O coco de piaçaba, cresce aí em grande abundância. As suas folhas, que se elevam quase que perpendicularmente, lembram um penacho turco; seu caule, alto e forte, ergue-se altaneiro acima da vegetação, como uma soberba coluna encima de folhas” (WIED-NEUWIED, 1989: 334).

Por se tratar de um botânico a cada nova espécie de planta encontrada por onde passava era motivo de grande alegria a exemplo da piaçava.

239

O relato de viagens, em forma de diário, manteve, seu caráter de síntese, onde a preocupação com a descrição das paisagens, das regiões fisionômicas e das praticas culturais dos diferentes povos é fortemente marcada (KURY, 2008: 324).

A piaçava é uma palmeira nativa que fornece fibras que são vendidas, atualmente, pelos índios Tupinambá de Olivença principalmente para a fabricação de vassouras de uso caseiro e industrial e para coberturas de barracas de praia. Sendo tal prática, um dos principais meios de sobrevivência. Em 1815, Maximiliano já apontava que a extração e utilização desta planta era uma das bases econômicas dos moradores de Olivença, pois os frutos da palmeira eram utilizados na fabricação de rosários. E com as palhas da mesma planta faziam chapéus, redes, esteiras e cestos. As tartarugas eram abundantes na região, e com os cascos delas, confeccionavam pentes e pequenos enfeites para cabelo. O maquinismo, utilizado pelos moradores da Vila Nova de Olivença para tornear os cocos foi, descrito pelo príncipe Maximiliano, e pelo que tudo indica tal técnica foi herdada dos padres jesuítas. De acordo o naturalista:

O maquinismo com que se torneia os cocos é muito simples: uma corda, ligada a um arco de madeira fixo ao teto, tem preso na outra

ponta um pau que se põe em movimento com o pé, o que faz as vezes de roda. Divide-se a noz em gomos alongados e subdividem-se estes depois em pequenos pedaços de dimensões convenientes para as contas do rosário, que são depois furadas e arredondadas (WIED-NEUWIED, 1989: 336).

Em suas análises muito bem detalhadas Wied-Neuwied, relata quanto tempo durava para a construção e como eram comercializados tais objetos;

Um trabalhador pode fazer num dia uma dúzia de rosários que custam apenas 10 réis (7 centavos) cada um. Saindo das mãos desse operário, os rosários são amarelo pálido; mandados para a cidade da Bahia, aí são tintos de preto. Fui ver os índios em suas palhoças, e encontrei a maioria deles trabalhando na confecção de rosários (WIED-NEUWIED, 1989: 336).

De acordo com João da Silva Campos, os índios da Vila de Olivença tinham por ocupação diuturna o fabrico de contas de rosários, de púcaros e de ‘outras galanterias’ de coco. Destaca a prática presente do alcoolismo entre os indígenas que ali residiam e como faziam para obterem as bebidas “O produto de sua atividade, porém, não lhes esquentava nas mãos, pois, mal recebiam, corriam a deixa-lo nas tabernas, em câmbio de aguardente” (SILVA CAMPOS, 2006: 278).

240

Para os povos indígenas Tupinambá de Olivença, nos dias atuais, a fibra desta valiosa palmeira é um elemento de valor cultural. Produzem infinitos artefatos como peneiras, esteiras, cestos, cocares, colares, vestimentas próprias, principalmente, para os momentos dos rituais. Tal habilidade pelo que tudo indica é repassada por gerações. A terra em si é a base de todas as sociedades indígenas, e para os tupinambás não é diferente,

Para as sociedades indígenas a terra é muito mais do que simples meio de subsistência. Ela representa o suporte da vida social e está diretamente ligada ao sistema de crenças e conhecimento. Não é apenas um recurso natural, mas – e tão importante quanto este – um recurso sociocultural (RAMOS, 1995: 13).

Ao encontrar alguns ameríndios na Vila de Olivença, observa-se nos relatos do príncipe certa decepção diante aqueles índios, são vistos como descaracterizados em termos culturais e sociais. Afinal, ele queria ver as características originais destes indígenas, um índio guerreiro, com ornamentos de pena, ou seja, um nativo com os mesmos traços étnicos e culturais, daqueles encontrados pelos europeus nos primórdios da colonização. Imaginário esse que perpassava a mente de muitos europeus, de modo que descreveu:

Índios vestidos de camisas brancas ocupavam-se em pescar na praia. Havia entre eles alguns tipos muito belos. O seu aspecto lembrava-me a descrição que fez Léry dos seus antepassados, os Tupinambás. [...] Infelizmente perderam as suas características originais. *Lastimei não ver avançar na minha direção um guerreiro Tupinambá, o capacete de penas à cabeça, o escudo, o escudo de penas (“endup”) nas costas, os braceletes de penas enrolados nos braços, o arco e a flecha na mão. Ao invés disso, os descendentes desses antropófagos me saudaram com um “adeus”, à moda portuguesa. Senti, com tristeza, quão efêmeras são as coisas deste mundo, que, fazendo essas gentes perder os seus costumes bárbaros e ferozes, despojou-as também de sua originalidade, fazendo delas lamentáveis seres ambíguos* [grifo nosso] (WIED-NEUWIED, 1989: 334-335).

Precisamos ressaltar que estes índios descendem daqueles que habitavam o antigo aldeamento de Nossa Senhora da Escada, que fora administrado pelos jesuítas e com o passar do tempo incorporaram muitas características dos não indígenas, todavia, não deixaram de lado a sua identidade indígena. Tal processo foi e continua sendo cunhado pela ideia de aculturação. De acordo com o historiador francês Nathan Watchel:

O conceito de aculturação é útil para o desenvolvimento de reflexões sobre as mudanças que podem acontecer em uma sociedade a partir da inclusão de elementos externos, ou seja, do contato com outras culturas. É todo fenômeno de interação social que resulta do contato entre duas culturas, e não simplesmente a sujeição de um povo por outro. (SILVA; SILVA, 2013: 15).

241

Enquanto os historiadores brasileiros Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva, resumem “a aculturação como um processo de imposição ou assimilação de valores socioculturais de uma sociedade por outra. Processo possível principalmente em situações de colonização.” (SILVA, 2013: 17). Contrariando o que tradicionalmente se afirma Maria Regina Celestino de Almeida, aponta que até muito recentemente, imperou entre os antropólogos e historiadores a ideia de que os índios integrados à colonização iniciavam um processo de aculturação, isto é, de mudanças culturais progressivas que os conduziam à assimilação e conseqüentemente a perda da identidade étnica. Compreendemos que, a ideia de cultura fixa e imutável não deve ser utilizada para analisar as relações de contato dos ameríndios com o colonizador. A interpretação da historiadora brasileira Maria Celestino de Almeida se assemelha com a do francês Nathan Watchel a autora salienta que:

Desde os anos 1970, esse conceito (aculturação) vem sendo problematizado e visto como processo de mão de dupla, no qual todos se transformam. Em nossos dias, as ideias de apropriação e ressignificação cultural têm sido mais utilizadas e realmente são mais adequadas ao estudo de situações nas quais se leva em conta os interesses e motivações dos próprios índios nos processos de mudança. Ao invés de vítimas passivas de imposições culturais que só lhes trazem prejuízos, os índios passam a ser vistos como agentes ativos desses processos. Incorporam elementos da cultura ocidental, dando a eles significados próprios e utilizando-os para a obtenção de possíveis ganhos nas novas situações em que vivem (ALMEIDA, 2010: 22).

Os relatos de viagem não se caracterizam apenas enquanto uma tentativa de apropriação da realidade observada, mas também de representar a sociedade local para a sociedade europeia que no período abordado enfrentava suas próprias crises e buscava uma posição de centralidade frente às outras culturas. Talvez por isso, muitas expedições foram financiadas por instituições científicas, além dos próprios governantes europeus, pois estavam à procura de novas descobertas tanto das riquezas que essas terras possuíam, quanto de sua gente. Isso, com o intuito de conhecer a real potencialidade de cada região que posteriormente poderia ser objeto de investimentos e ocupação territorial.

242

Todavia, é preciso salientar que ocupar as tidas terras desconhecidas não fosse uma tarefa tão fácil como parece. Para uma maior compreensão recorreremos ao conceito de transculturação utilizado por Mary Louise Pratt, para ela a transculturação é fenômeno da “zona de contacto”, sendo assim, esse termo é utilizado por ela para se

Referir ao espaço de encontros coloniais, no qual as pessoas geográfica e historicamente separadas entram em contacto uma com as outras e estabelecem relações contínuas geralmente associadas a circunstâncias de coerção, desigualdade radical e obstinada (PRATT, 1999: 31).

A historiadora Lorelai Kury, ao discutir a atuação dos viajantes–naturalistas do século XIX, enfatiza que “a viagem e a grande maioria dos relatos e imagens publicadas buscavam dar conta não apenas dos detalhes morfológicos das espécies, mas descreviam o que viam, ouviam e sentiam” (KURY, 2008: 321). Muitas das informações de Wied-Neuwied é proveniente de terceiros, fruto de concepções provenientes da sociedade colonial.

Vale destacar, que Maximiliano passou poucos dias naquelas terras, conseqüentemente suas análises estão baseadas em breves relatos orais. Descrever a dinâmica da sociedade local meramente por aquilo que ouviu, sentiu e viu em

uma breve passagem pela vila é problemático e nos leva a falsas interpretações. Ainda cabe salientar que os viajantes que estiveram no Brasil no século XIX postularam seus comentários baseados em uma superioridade europeia, mas também apresentou seu modelo de sociedade como o único e realmente factível e propriamente humano.

Vila Nova de Olivença é descrita pelo viajante como, uma cidade habitada por índios e que fora fundada pelos padres jesuítas há muitos anos atrás. “Nessa época, buscaram-se índios do rio dos Ilhéus ou São Jorge para trazê-los para aqui” (WIED - NEUWIED,1989: 335). Vale ressaltar, que era uma prática bastante comum no período das autoridades coloniais e jesuítas ser promovido o que convencionalmente chamou-se de “descimentos”, isto é, a transferência de índios provenientes de outras localidades. Muitos índios foram trazidos, principalmente dos sertões.

Ao salientar que a Vila foi fundada pelos jesuítas, Maximiliano se referia ao Aldeamento de Nossa Senhora da Escada de Olivença. De acordo com relatos de cronistas e viajantes do século XIX, a igreja de Nossa Senhora da Escada era a única construção de pedras que ali existia. Segundo a historiadora Teresinha Marcis “o referido aldeamento foi estabelecido em 1700 reunindo diferentes grupos étnicos de diferentes troncos linguísticos, como se deduz pelos documentos que informam sobre a composição da população, registrando-a como ‘Tupinikin’, ‘Tobajara’, ‘Camaca’, e, mais tarde, ‘Tabajara’, ‘Tupis ou ‘Tupinaguês” (MARCIS,2004: 38).

A inserção de diferentes etnias em um mesmo espaço era uma prática comum dos aldeamentos coloniais, sendo obrigados a conviver com grupos tradicionalmente inimigos. Este aldeamento, assim como os demais erguidos no Brasil Colônia tinha por objetivos de acordo a premissa do colonizador “amansar o gentio bravo” e trazê-lo para o “Grêmio da Civilização”.

Após a expulsão dos jesuítas do Brasil na segunda metade do século XVIII, pelo Marques de Pombal, o antigo aldeamento foi elevado à categoria de Vila, por Provisão do Conselho Ultramarino em 22 de novembro de 1758, e passou a se chamar Vila Nova de Olivença, topográfico importado da então metrópole - Portugal. A composição dos moradores de Olivença no momento que Neuwied, por ali passou é descrito no seu relato:

A vila possui agora cerca de 180 fogos e todo o seu território conta com cerca de 1.000 habitantes. *Com exceção do padre, do escrivão e de dois negociantes, Olivença não conta quase com portugueses [grifo nosso]. Todos os demais habitantes são índios, que conservaram os seus traços característicos em toda a sua pureza* (WIED-NEUWIED,

1989: 335).

Cabe aqui atentar para a contradição das informações trazidas pelo Maximiliano, pois em relatos anteriores, ele afirma que os índios de Olivença haviam perdido as suas características originais e isso o deixou muito decepcionado, em outro momento diz que tais ameríndios conservaram os seus traços característicos em toda a sua pureza.

No relato acima exposto pelo viajante conclui-se ainda que, mesmo com o fim do aldeamento de Nossa Senhora da Escada de Olivença, os índios continuaram a residir naquela localidade, a ponto de constituírem a maioria dos habitantes, porém, não mais sob a tutela dos jesuítas. Francisco Cancela, ao estudar a criação das vilas de índios na antiga Capitania de Porto Seguro, nos alerta para encarar tais povoamentos como uma arena de conflitos e mediações, resultantes na emergência de vivências históricas que, foram capazes de materializar novas povoações consoantes com as condições existentes, inclusive definindo-as como territórios que, além de coloniais eram também indígenas.

Diante das discussões e hipóteses levantadas até o presente momento, trabalhamos com o pressuposto de que muitos desses indivíduos não se deslocaram do antigo aldeamento para outras localidades, por ter criado vínculos com a terra e certo sentimento de pertencimento aquele lugar. Conseqüentemente, não se adentraram as matas a procura de novas condições de vida. Corroborando tais hipóteses, vejamos o que diz Cancela:

Nesse sentido, ao se engajarem na criação das vilas, as populações indígenas não atuaram de forma passiva. Conforme as possibilidades existentes imprimiram no processo de ocupação territorial seus próprios ritmos, signos e sentidos, demarcando através da construção das casas, das rotinas diárias, do calendário festivo, da especificidade da fala e dos costumes e de outros inúmeros traços distintivos que, em verdade, aquelas novas vilas eram bastante diferentes (CANCELA, 2012: 161).

Nos dias atuais, aquelas pessoas que não conhecem a história do distrito de Olivença terão dificuldades em compreender que ali, durante muitos séculos, os povos ameríndios foram a maioria da população. É interessante ressaltar que a presença indígena em Olivença ainda é marcante, embora seja minoria, muitos são confundidos com os não indígenas, residentes na zona rural e urbana. Os moradores não índios da região, e principalmente os grandes proprietários de terras são os principais a afirmarem que ali, já não existem mais índios e sim, ”caboclos

preguiçosos”, “ladrões” “agressivos”, etc., termos estes inadequados e de caráter pejorativo. Isso se deve basicamente, aos constantes conflitos de terras que tem ocorrido na área.

A salubridade de Olivença é um dos aspectos que chama a atenção do ilustre visitante. Podemos considerar que a localização geográfica, os recursos naturais e o clima eram benéficos a saúde dos moradores, e isto, acabava prolongando o tempo de vida dos índios. Como pode se comprovar nas palavras do naturalista:

Vi, entre eles, várias pessoas muito idosas, cujo aspecto provava a salubridade do lugar, entre outras um homem que se lembrava ter visto fundar a cidade e construir a igreja, havia cento e sete anos (WIED-NEUWIED, 1989: 335).

Ao analisar a tonalidade do cabelo dos ameríndios mais velhos observa-se que, a maioria dos índios de Olivença se encontrava ainda não miscigenados com outras etnias, tal constatação não passa despercebida do olhar do conspícuo naturalista

Os seus cabelos ainda eram de um negro azeviche, o que, aliás, é muito comum entre os índios velhos. Entretanto, o cabelo de alguns deles embranquece com a idade; mas isso não se dá com frequência nos indivíduos de raça pura e isentos de mistura com o sangue preto (WIED-NEUWIED, 1989: 335).

245

Ainda confirma tal assertiva com o seguinte fragmento “conservaram os seus traços característicos em toda a sua pureza” (WIED-NEUWIED, 1989: 335). Os ameríndios de Olivença são descritos pelo naturalista como, pobres e indolentes, todavia precisamos destacar que a noção de pobreza e trabalho para as sociedades indígenas não é a mesma das sociedades ditas complexas, ou ocidentais.

Segundo João da Silva Campos os nativos que habitavam Olivença eram “robustos, membrudos, ágeis para qualquer gênero de trabalho, - serradores e falquejadores de primeira ordem, como todos os demais índios da comarca e torneiros exímios” (SILVA CAMPOS, 2006: 278). Com base nos dados trazidos por Silva Campos, tudo indica que era comum o uso da força de trabalho destes índios em diversas atividades, pelos moradores locais em suas propriedades, haja vista que tinham grande agilidade para todos os serviços.

Percebemos que há certa contradição na interpretação de Wied-Neuwied, pois ao mesmo tempo em que ele enfatiza que a ociosidade é algo presente entre os indígenas o mesmo salienta “cultivam as plantas necessárias ao seu sustento,

tecem eles mesmos os panos leves de algodão de que fazem as suas vestimentas” (WIED-NEUWIED, 1989: 335). Segundo Ramos, “Só quem participou de uma caçada, ou de uma expedição de coleta, ou do cuidado de uma roça, sabe avaliar o grau de exaustão física de tais atividades” (RAMOS, 1995: 26).

Os índios não se ocupavam absolutamente com a caça “pois não têm pólvora nem chumbo, coisas que raramente se podem comprar na Vila de Ilhéus, e que, por conseguinte, se têm que comprar por alto preço” (WIED-NEUWIED, 1989: 335) alimentavam de peixes, caranguejos, tartarugas, mariscos, farinha e frutas, e de acordo com Maximiliano em outros lugares da Bahia e do Brasil a caça era um dos principais passatempos dos indígenas. Ao utilizar o termo passatempo, percebemos que para o ilustre europeu caçar é simplesmente um divertimento, entretenimento.

Há quem diga atualmente, mal informado ou mal intencionadamente, que caçar, pescar, coletar não é trabalho, é esporte. Compreendemos que, “o significado da palavra trabalho, como ele é entendido em nossa sociedade, não é inteiramente aplicável a essas sociedades” (RAMOS, 1995: 26). A alimentação dos moradores de Olivença era bastante rica de nutrientes e diversificada. Talvez devido a abundância de alimentos que ali existia não fosse preciso haver a prática tão excessiva da caça.

A Sua Alteza o Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied ao descrever as habitações dos índios da Vila Nova de Olivença as definem como:

Muito simples, e que não diferem das que se encontram ao longo de toda a costa. Todas as suas coberturas são de folhas de uricanas, que substitui a palha. Em vez das folhas inteiras de coqueiro como que se cobre o alto das choupanas, para impedir a penetração da água, empregam-se aqui as longas fibras da piaçaba (WIED-NEUWIED, 1989: 336).

Podemos compreender através do relato do ilustre visitante, que a maneira como as moradias estavam edificadas remetem a uma característica ainda presente do antigo aldeamento de Nossa Senhora da Escada de Olivença, imposta pelos portugueses. A praça em forma de quadrado, com a igreja em destaque, e as casas enfileiradas, constituem um conjunto arquitetônico semelhante com os antigos aldeamentos criados no Brasil durante o período colonial. “Essas cabanas acham-se expostas em fila ao longo da encosta de um morro e estão em aprazível situação, descortinando-se uma vista larga do Oceano” (WIED-NEUWIED, 1989: 336). Segundo Luiz Mott,

Os índios quando aldeados pelos inacianos e pelos missionários são tradicionalmente obrigados a constituírem suas choupanas em retângulo ao redor da Igreja, segundo a mesma morfologia das antigas vilas luso-brasileiras (MOTT, 2010: 227).

Um visitante ilustre nas terras da Ilhéus oitocentista

As terras da antiga Vila de São Jorge dos Ilhéus sempre foram descritas pelos cronistas, jesuítas e viajantes que por ali passaram como um verdadeiro paraíso terrestre. O príncipe de Wied-Neuwied, ao chegar a Ilhéus em dezembro de 1815, primeiramente fica maravilhado com o pequeno e lindo porto que ali encontrou. E concluiu que a vila de Ilhéus, pela sua situação geográfica, e pelo seu porto bem abrigado, embora pequeno, tinha as maiores facilidades para fazer um ativo comércio com outros portos. Ao relatar a paisagem do lugar, escreveu que do alto da igreja de Nossa Senhora da Vitória, “avista-se um dos mais belos panoramas imagináveis” (WIED-NEUWIED, 1989: 337). De maneira sucinta o viajante narra à história do lugar dizendo que:

Vila dos Ilhéus é um dos mais antigos estabelecimentos do litoral do Brasil. Depois que Cabral mandou dizer a primeira missa em Santa Cruz e desembarcou em Porto Seguro, foi fundada a colônia de São Jorge. Francisco Romeiro lançou em 1540 as fundações da vila dos Ilhéus, depois de concluir um acordo amigável com os Tupiniquins, que habitavam o lugar. (WIED-NEUWIED, 1989: 337 -338).

247

A Capitania de São Jorge dos Ilhéus foi doada por Dom João III em 1534 ao fidalgo Jorge de Figueiredo Corrêa, escrivão da Casa Real. Em decorrência das atividades que desenvolvia na Corte, o donatário não se deslocou da metrópole - Portugal para povoar ou muito menos conhecer as terras então recebidas, preferindo entregar a sua administração a Francisco Romero. No ano de 1536, Romero fundou o primeiro núcleo de povoamento no alto do morro de São Sebastião.

Deste relato, extraído da obra do Maximiliano podemos perceber a tendência de se construir a ideia de que a Vila de São Jorge só conseguiu certo sucesso, no início de sua criação, devido à boa relação do colonizador com os índios Tupiniquins que ali habitavam. E acrescenta “a colônia cresceu e tornou-se florescente; mais tarde, porém, sofreu muitas incursões dos tapuias chamados

outrora Aimorés, e hoje conhecidos pelo nome de Botocudos”⁵.

Ainda segundo Wied-Neuwied, em 1602, na capitania da Bahia foi feita a paz com esse gentio “mas o tratado só foi cumprido em Ilhéus no ano de 1603, construindo-se de acordo com ele dois aldeamentos para os selvagens. A colônia em seguida foi decaindo cada vez mais, de sorte que já em 1685 estava em extrema decadência” (WIED-NEUWIED,1989: 338). Com essas palavras, o ilustre visitante tenta demonstrar que a situação de atraso econômico e social que a vila de Ilhéus vivia, era em decorrência dos ataques indígenas que ali aconteceram desde o início do processo de ocupação daquelas terras pelos colonizadores. A autora Maria Hilda. B. Paraíso aponta alguns fatores que na sua interpretação podem ser responsáveis pelo insucesso da administração das Capitânicas:

A habilidade dos donatários de atrair colonos para suas terras e sua maior ou menor disponibilidade de capital para investimentos. Recursos para investimento tiveram um papel importante, embora não determinante no sucesso ou insucesso do empreendimento, como se pode observar no caso do donatário de Ilhéus, Jorge de Figueiredo Correia, que foi financiado por uma família de banqueiros italianos – os Giraldes. Na verdade, há, ainda, que considerar dois outros fatores como responsáveis pelo sucesso do empreendimento: a adaptação ou inadaptção dos colonos às novas condições de vida e de trabalho e o grau de hostilidade dos índios litorâneos e dos que habitavam os sertões (PARAÍSO, 2001: 15).

248

De acordo com Marcelo Henrique Dias, se criou na historiografia regional e brasileira o mito da “devastação” da capitania de São Jorge pelos índios aimorés e pataxós, conclui o autor:

De modo geral, a historiografia que direta ou indiretamente trata da capitania de Ilhéus tem colocado suas populações indígenas, sobretudo aimorés e pataxós, na qualidade de principais obstáculos ao desenvolvimento de sua colonização. Já no final do primeiro século da colonização, os aimorés teriam arrasado os engenhos da vila de

5 De acordo com Maria Hilda Baqueiro Paraíso, “[...] Aimoré, *Ambaré*, *Guaimuré* ou *Embaré* era a denominação que lhes era atribuída pelos *Tupi* e que foi amplamente utilizada no século XVI. Essa denominação seria uma corruptela de *aib-poré* (os moradores das matas), ou de *aiboré* (malfeitor), ou de *aimburé* (os que usam botoques de emburé), ou ainda de *guimuré* (gente de nação diferente). A partir do século XVII, são referidos como *Guerén*, *Grên* ou *Kren* (cabeça), que seria a autodenominação do grupo. Essa denominação foi substituída pela de Botocudos no século XIX, numa alusão aos botoques labiais e auriculares que usavam como adorno. Já a partir da segunda metade desse século passam a ser referidos pelos nomes dos seus vários subgrupos, que, ao que tudo indica, eram derivados dos nomes dos seus líderes ou das características geográficas dos locais em que viviam” (PARAÍSO ,2001: 13).

São Jorge e condenado a mesma a uma decadência que se estenderia até o século XIX. Diante de tamanha resistência, os colonos que se instalaram na capitania não teriam tido forças para expandir suas povoações, vencer as matas e ocupar efetivamente este território, sempre tido como fértil e rico em recursos naturais. Um paraíso povoado por demônios, era assim frequentemente descrita a capitania pelos cronistas contemporâneos da colonização e assim foi repetido por grande parte dos historiadores que a ela se referiram. Quanto ao papel supostamente devastador que os aimorés imprimiram na capitania, uma investigação mais atenta nos testemunhos de época revela um certo grau de alarmismo nos discursos de então, os quais, muitas vezes, não correspondiam à real dimensão das ocorrências. (DIAS, 2007: 188- 190).

Precisamos ressaltar que, outros fatores podem ser apontados como responsáveis pelo insucesso da administração das Capitânicas, a exemplo da falta de um bom governo, ataque de corsários, atentar para os ritmos da natureza, e não meramente encarar as populações indígenas locais como o empecilho.

Quando se refere às construções que havia na Vila de Ilhéus, Maximiliano diz que o Convento dos Jesuítas que foi edificado em 1723, era a construção mais importante. Todavia, estava vazio e em ruínas, boa parte do telhado não existia mais. Prossegue a descrição com o seguinte comentário:

Entre os monumentos dos Jesuítas, pode-se ainda contar um belo paço solidamente construído à sombra de grandes árvores e coberto por um alpendre. Apesar de todo o mal que os Jesuítas fizeram, deve-se confessar que a maior parte das instituições cultas e beneficentes da América Meridional lhes são devidas. (WIED-NEUWIED, 1989: 338).

As casas da Vila são descritas como pequenas e cobertas de telhas, em parte maltratadas, em decadência ou abandonadas; as ruas são relatadas como mais ou menos regulares, e cobertas de capim, vista também como de pouco ou quase nenhum movimento de pessoas pelas ruas durante a semana. “Somente aos domingos e dias de festa é que nelas se observam movimento e vida; vêem-se então algumas pessoas reunidas, pois os habitantes das redondezas acorrem à vila, para a missa” (WIED-NEUWIED, 1989: 338). De acordo com Maximiliano, havia três igrejas na vila, uma das quais a de Nossa Senhora da Vitória.

Remetendo aos fatores econômicos do lugar, o visitante diz que o comércio de Ilhéus com outros portos do Brasil era de pouca importância. Algumas lanchas ou barcos faziam um pequeno e limitado comércio de produtos das lavouras e das florestas vizinhas com a cidade da Bahia (Salvador). “Cultiva-se apenas a mandioca bastante para o consumo dos habitantes. Exporta-se de Ilhéus um pouco

de arroz e certa quantidade de madeiras, sobretudo o belo jacarandá e o vinhático” (WIED-NEUWIED, 1989: 339).

Estudos recentes têm revelado que, a Ilhéus Colonial teve uma participação ativa na comercialização da farinha de mandioca, madeiras de lei para outras praças além de Salvador. Há ainda evidências da existência de plantações e engenhos de açúcar em Ilhéus durante todo o período colonial, a exemplo do Engenho de Santana de Ilhéus, que produziu açúcar ininterruptamente por quase três séculos. De acordo com João da Silva Campos, “já em 1624 Ilhéus fabricava farinha de mandioca, que exportava para a Costa d’ África” (SILVA CAMPOS, 2006: 174).⁶

Segundo o viajante, eram poucos os engenhos de açúcar em Ilhéus, tendo como o ponto forte a fabricação de melado e aguardente, os engenhos maiores estavam localizados nas antigas terras dos Jesuítas. Destacando-se o de Santa Maria com 20 léguas de extensão e que possuía no momento 270 escravos negros. Precisamos destacar que se trata de uma quantidade expressiva de escravos, o que denota a riqueza do proprietário. Talvez por isso chamasse a atenção do visitante.

Curioso por conhecer as populações indígenas existentes nas proximidades da vila de Ilhéus, o naturalista visitou o Rio Itaípe, a vila de Almada, que foi o local do aldeamento de Nossa Senhora da Conceição dos Índios Guerens criado para reunir os índios da nação Gren da Capitania de Ilhéus⁷. Afirma que ali havia um engenho de açúcar e varias engenhocas, além disso, nas fazendas do Taípe, os moradores plantavam arroz, cana – de açúcar, café e mandioca, mas não era o suficiente para suprir as necessidades da vila de Ilhéus. Maximiliano com o seu olhar europeu responsabiliza os habitantes por esta carência de alimentos,

Prova manifesta da indolência e da falta de indústria dos habitantes. Contentam-se em ter um pouco de farinha, peixe e carne seca, e, às vezes, caranguejos, que obtêm nos mangues ao redor. Muito poucos são aqueles que pensam em melhorar a sua condição, ou em cultivar melhor a terra. A sua indolência vai ao ponto de lhes ser indiferente ganhar dinheiro. O café dá muito bem nas margens do rio, e, mesmo assim, plantam muito pouco. O comércio desse produto é insignificante, e o café, tão estimado e procurado entre nós, tem um preço insignificante na vila de Ilhéus. (WIED-NEUWIED, 1989: 340-41).

6 A esse respeito ver entre outros os trabalhos de (DIAS, 2007).

7 Almada, agora, apenas indica o local onde, há uns sessenta anos, se tentou fundar uma aldeia de índios. Uma tribo de descendentes dos Aimorés ou Botocudos, conhecida os rios Itaípe e Ilhéus pelo nome de Guerens, consentiu que se fundasse um estabelecimento, com a condição de que lhes dessem terrenos e habitações. (WIED-NEUWIED, 1989: 344).

Dos antigos moradores ali aldeados, Maximiliano só encontrou um velho chamado Capitão Manuel que ainda preservava suas características de um índio Botocudo, e duas ou três velhas. Os demais morreram ou foram transferidos para outras localidades. O alemão Peter Weyl era o proprietário das terras e pretendia construir uma bela casa para si e sua família e uma igreja, além de fundar uma grande fazenda que produziria café, algodão em decorrência do solo e do clima que são favoráveis para tais espécies. “passei em Almada um dia muito agradável em companhia do Sr. Weyl e sua família” (WIED-NEUWIED, 1989: 345).

O Príncipe de Wied-Neuwied chegou a Ilhéus no fim da semana do Natal de 1815 e teve a oportunidade de acompanhar de perto os preparativos para os festejos religiosos e populares dos habitantes da vila. Pôde perceber que a movimentação de pessoas nas ruas era maior do que quando no momento da sua chegada, no início do mês de dezembro. Como se comprova no relato:

Cheguei a Ilhéus no fim da semana do Natal, quando muita gente se tinha reunido para a festa. Já estavam em preparativos para celebrar a de São Sebastião. Tinha-se erguido um alto mastro, enfeitado de bandeiras e, no dia da festa, homens mascarados percorriam a pequena vila, ao som de tambores e fazendo toda sorte de brincadeiras. Durante o dia chegaram mesmo a dar muitos tiros de espingarda nas ruas, ao passo que, durante a noite, o som do violão e das mãos, batendo em acompanhamento dos batuques, ressoava por toda parte. (WIED-NEUWIED, 1989: 359).

251

Maximiliano presenciou que durante os festejos do Natal e no dia do Padroeiro São Sebastião acontecia apresentações de combates de mouros e cristãos “havia dois partidos que se guerreavam, os portugueses e os mouros; cada qual tinha seus capitães, seus tenentes, suas insígnias” (WIED-NEUWIED, 1989: 359). Erguiam junto à igreja, uma fortaleza de galhos de árvores. Os mouros roubavam a imagem do Santo no primeiro dia do espetáculo e levavam para a fortaleza, até que na última noite os portugueses tomavam a imagem e a conduziam para a igreja – com todo o respeito. Durante os festejos, os moradores da vila de Ilhéus e redondezas viviam em constante movimento e não saíam da igreja e só se preocupavam em se divertir, entregando-se à ociosidade e a desordem. É preciso destacar a participação dos índios em tais comemorações,

Os índios, não demonstram a menor disposição para os dogmas e preceitos da religião, tomam às vezes parte muito ativa nessas pantomimas e nas cerimônias externas. *Vê-se os missionários aproveitarem muitos dos costumes dos selvagens para conseguir a aceitação de sua doutrina por essas gentes [grifo nosso]*. (WIED-

NEUWIED, 1989: 360).

De acordo com Edilece Souza Couto, essas representações de disputas entre mouros e cristãos - de origem ibérica- também conhecidas como Cavalhadas, eram um dos mais importantes espetáculos das festas religiosas brasileiras do século passado. A luta equestre era muito esperada e divertia os espectadores durante três ou mais dias (COUTO, 2001: 826). Precisamos ressaltar que nos dias atuais, já não é mais presente os espetáculos das Cavalhadas entre os moradores da cidade de Ilhéus no sul da Bahia. Tais festejos ainda estão vivos em algumas cidades do Brasil, como por exemplo, em Pirenópolis, no estado de Goiás realizada desde o ano de 1826, que acontece após os festejos da Festa do Divino Espírito Santo. Até o momento não há estudos históricos específicos sobre a existência das Cavalhadas nas terras Ilheenses.

Considerações finais

252

Este artigo procurou analisar como um botânico, naturalista acostumado com as mordomias que encontrava no seu país de origem, vivendo em uma sociedade marcada pela ideologia da superioridade racial vigente no século XIX, descreve a dinâmica social de duas vilas no sul da Bahia no ano de 1815. Compreendemos que, dificilmente por mais criterioso que ele fosse, conseguiria livrar suas observações da influência europeia.

As descrições das populações indígenas e as duas vilas que o príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied apresenta, são eficientes no que diz respeito aos critérios de descrição e classificação da época, mas ficam distantes das experiências históricas dos índios de Ilhéus e Olivença e da trajetória das duas Vilas retratadas. Com isso, se atêm a uma ideia europeia de civilidade, que ganha representividade no Brasil, principalmente, com a transplantação da Família Real Portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808 e conseqüentemente com a vinda dos próprios viajantes a América, ou seja, atenta a aspectos conjunturais externos e não a historicidade da sociedade descrita (índios e Vilas).

Procuramos confrontar o relato de Maximiliano com o que diz respeito à noção de trabalho nas sociedades indígenas com as considerações da Antropóloga brasileira Alcida Rita Ramos, ou seja, dialogando (e ao mesmo tempo desconstruindo) com as representações de Weid-Neuwied. Vale ressaltar que a todo o momento percebemos algumas contradições nos relatos do viajante como

pode ser visto no transcorrer do trabalho.

As fontes obtidas para entender a dinâmica das próprias vilas são provenientes de relatos orais, além daquilo que via e sentia, todavia a passagem do naturalista foi curta e ele acabou não tendo tempo suficiente para uma maior observação de toda a complexidade do lugar. Entendemos, portanto, que a interpretação construída por Maximiliano é uma representação do que ele pode observar a partir não só do que ele viveu enquanto experiência nas vilas de Olivença e Ilhéus, mas do indivíduo que ele era e do contexto de transculturação e concepção de sociedade e ciência de que ele provinha.

Referência Bibliográfica

- ALMEIDA, Manoel Carlos Amorim de. *Os Maximilianos e outras histórias*. Ilhéus – Bahia: Editus, 2010.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- AUGEL, Moema Parente. *Visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista*. São Paulo: Cultrix/NL/MEC, 1980.
- CAMPOS, João da Silva. *Crônica de São Jorge dos Ilhéus*. 3. Ed. Ilhéus – Bahia: Editus, 2006.
- CANCELA, Francisco Eduardo Torres. *De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades Régias na colonização reformista da antiga Capitania de Porto Seguro (1763 – 1808)*. 2012. Tese - Doutorado em História Social. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Bahia, São Paulo, 2012.
- COSTA, Christina Rostworowski da. *O Príncipe Maximiliano de Wied – Neuwied e sua viagem ao Brasil (1815 – 1817)*. 2008. Dissertação-Mestrado em História Social. Programa de Pós-graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- COSTA, Wilma Peres. Viajantes europeus e o escrever da nação brasileira. In: PAMPLONA, Marco A. DOYLE, Don H. (Org.). *Nacionalismo no Novo Mundo*. Trad. Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 299 – 327.
- COUTO, Edilece Souza. Olhares estrangeiros. Ilhéus e Olivença nas crônicas dos viajantes (1815 – 1859). In: IV Congresso de História da Bahia, Salvador. *Anais do IV Congresso de História da Bahia, v.II*. IHGB/Fundação Gregório

de Matos, 2001.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DIAS, Marcelo Henrique; CARRARA, Ângelo Alves (Org.) *Um lugar na História: a Capitania e Comarca de Ilhéus antes do cacau*. Ilhéus – Bahia: Editus, 2007.

DUARTE, Regina Horta. “Olhares estrangeiros: viajantes no vale do rui Mucuri”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.22, nº 44, p. 267-288. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882002000200002&lang=pt. Acesso em: 10/02/2014.

FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Caminhos ao encontro do mundo: a Capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul – Ilhéus, 1534 -1940*. Ilhéus – Bahia: Editus, 2001.

KURY, Lorelai. As artes da imitação nas viagens científicas do século XIX. In: ALMEIDA, Marta de; VERGARA, Moema de Rezende (Org.). *Ciência, história e historiografia*. São Paulo: Via Lettera; Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e ciências afins, 2008.

254

MARCIS, Teresinha. *A “Hecatombe de Olivença”*: construção e reconstrução da identidade étnica. 2004. Dissertação-Mestrado em História Social. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

MOTT, Luís. *Os índios no Sul da Bahia: população, economia e sociedade (1740 – 1854)*. In: MOTT, Luís. *Bahia e Sociedade* [online]. Salvador: EDUFBA, 2010.

PIJNING, Ernest. O ambiente científico da época e a viagem ao Brasil do príncipe alemão Maximiliano de Wied – Neuwied. In: *O teatro da natureza: Maximiliano no Brasil*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. nº 24, out/nov. 1995, p. 26 – 32.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. GUTIERRE, Jézio Hernani Bonfim (Trad). MACHADO, Maria Helena; VALERO, Carlos. Revisão técnica. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

RAMOS, Alcida Rita. *Sociedades Indígenas*. 4ª. Ed. São Paulo: Ática, 1995.

SCHWARCZ, Lilia. Uma história de “diferenças e desigualdades”: as doutrinas raciais do século XIX. In: *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870- 1930*. São Paulo: Companhia das Letras,

1993.

SILVA, Kaliana Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2009.

SLENES, Robert W. “Lares negros. Olhares brancos: história da família escrava no século XIX”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.8, nº 16, p. 189 – 203, 1988. Disponível:http://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID_REVISTA_BRASILEIRA=25. Acesso em: 18/03/ 2014.

WIED-NEUWIED, Maximiliano de. *Viagem ao Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.